
RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2025

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2025.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000086-25, cujo objeto é a Contratação de serviços de limpeza, tratamento, conservação e monitoramento de piscinas, fontes e grutas, incluindo a manutenção das casas de máquinas do Sesc Contagem.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 09/09/2025. Dessa forma, considerando que as impugnações foram apresentadas em 03/09/2025, estas foram tempestivas.

2 – DA ANÁLISE

As impugnações referem-se à alegada ilegalidade e à restrição à competitividade decorrente das exigências previstas nos itens 5.1, 5.2 e 2.10.3 do Termo de Referência, que demandam das licitantes registro no Conselho Regional de Química (CRQ), alvará sanitário e treinamento em NR-10 para a equipe operacional.

É importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos técnicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito as premissas que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade das premissas de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se das razões de matéria técnica, por sua vez, a área técnica demandante, manifestou:

Da exigência de registro da empresa no Conselho Regional de Química (CRQ):

Em atenção à impugnação apresentada, cumpre esclarecer que a exigência de registro no Conselho Regional de Química (CRQ) para empresas que atuam na limpeza, manutenção e tratamento de águas de piscinas encontra respaldo legal e normativo, conforme disposto na Resolução Normativa nº 105, de 17 de setembro de 1987, do Conselho Federal de Química.

O referido normativo, em seu Artigo 2º, estabelece de forma clara:

“É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química, consoante o art. 1º, das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à área da Química listadas a seguir: 31 – Indústria de Utilidade Pública

31.50 — Tratamento de águas de piscinas.”

Tal disposição decorre da aplicação da Lei nº 6.839/1980, que determina o registro das empresas nos conselhos profissionais competentes, conforme a natureza de suas atividades básicas ou daquelas que prestem a terceiros. O tratamento químico de águas de piscinas envolve o uso de produtos e processos que exigem conhecimento técnico específico da área da Química, sendo, portanto, atividade privativa de profissional habilitado e registrado no CRQ.

Dessa forma, a exigência de que as empresas participantes do certame estejam devidamente registradas no Conselho Regional de Química, bem como que possuam responsável técnico habilitado, não constitui restrição indevida, mas sim cumprimento da legislação vigente e garantia da segurança técnica e sanitária dos serviços contratados.

Assim, mantêm-se as exigências previstas no edital, em consonância com os princípios da legalidade e da segurança técnica.

Da Exigência de Alvará Sanitário:

A exigência de Alvará Sanitário como condição de qualificação técnica está fundamentada na necessidade de garantir que a empresa contratada esteja apta a operar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, considerando a natureza dos serviços prestados, que envolvem limpeza e manutenção de ambientes de uso coletivo, incluindo áreas de piscinas.

Embora o CNAE 8129-0/00 indique que o alvará é “passível” de exigência, cabe à entidade contratante avaliar, com base nas especificidades do objeto, se tal documento é necessário para assegurar a adequada prestação dos serviços. No caso em questão, o Termo de Referência (Item 5.1) descreve atividades que envolvem contato direto com ambientes úmidos, químicos e de circulação pública, o que justifica a exigência do Alvará Sanitário como medida preventiva e de controle.

Importante destacar que o edital não exige que todas as empresas possuam o alvará, mas sim que apresentem o documento ou comprovem formalmente sua dispensa, conforme legislação local. Assim, não há restrição indevida à competitividade, mas sim uma exigência proporcional à natureza do serviço.

Da Exigência de Treinamento NR-10 para a Equipe Operacional:

O item 2.10.3 do Termo de Referência estabelece que os profissionais responsáveis pela manutenção das casas de máquinas devem possuir qualificação conforme a NR-10, norma que trata da segurança em instalações e serviços com eletricidade.

A exigência não se aplica à totalidade da equipe operacional, mas sim exclusivamente aos profissionais que atuam em áreas com risco elétrico, como as casas de máquinas. O item 2.5.1, que trata dos operadores de piscinas, exige apenas a habilitação conforme as normas NBR 10339 e NBR 10818-4, sem sobreposição de requisitos.

Portanto, não há exigência indevida de NR-10 para os piscineiros, desde que a empresa comprove que os profissionais responsáveis pela manutenção elétrica são distintos dos operadores de piscina. A exigência visa garantir a segurança dos trabalhadores e a conformidade com as normas regulamentadoras, sem restringir a participação de empresas que organizam suas equipes de forma segmentada.

Em atenção às impugnações apresentadas, cumpre esclarecer que o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução nº 1.593/2024 do Conselho Nacional do Sesc, estabelece que as licitações no âmbito da instituição têm como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo legitimidade, eficiência e objetividade na aplicação dos recursos, bem como o alcance das suas finalidades institucionais.

Dessa forma, o edital deve conter, entre suas diretrizes, os critérios necessários para a habilitação dos licitantes, de modo que, uma vez atendidos, presume-se a aptidão do participante para a execução do contrato. Esse procedimento assegura um julgamento isonômico e objetivo, evitando avaliações subjetivas.

No que se refere à alegação de possível ilegalidade e restrição da competitividade, em relação às exigências contidas nos itens 5.1, 5.2 e 2.10.3 do Termo de Referência, ressaltamos que estão em plena conformidade com o Regulamento de Licitações do Sesc, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO SESC N.º 1.593/2024. Vejam:

Art. 26, § 5.º Poderão ser exigidos, como critério de classificação de proposta, certificado, laudo ou documento análogo que tenha capacidade de demonstrar a qualidade do objeto ou processo de fabricação, emitido por instituição oficial competente ou por instituição credenciada, e/ou comprovação de que o objeto atende às normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes.

Diante do exposto, verifica-se que todas as exigências impugnadas, registro no CRQ, alvará sanitário e treinamento em NR-10, estão devidamente fundamentadas em normas legais, técnicas e sanitárias, sendo proporcionais à complexidade e aos riscos envolvidos na execução dos serviços contratados.



Tais requisitos não configuram qualquer ilegalidade ou restrição indevida à competitividade, mas sim medidas necessárias para assegurar a qualidade, a segurança e a conformidade regulatória da prestação dos serviços. Além disso, estão plenamente alinhados com as premissas que regem as contratações no âmbito do Sesc, conforme estabelecido na Resolução SESC nº 1.593/2024.

Diante do exposto, mantemos o entendimento de que não há irregularidade no edital, razão pela qual se indeferem os pedidos constantes nas impugnações, preservando-se integralmente os termos do instrumento convocatório.

3 – DA DECISÃO

Isto posto, **CONHEÇO** das impugnações apresentadas, e no mérito **NEGO-LHES PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido instrumento convocatório inalterado.

Jakelyne Costa Alves
Pregoeira